

Apresentação*

Concomitantemente com a posse do Presidente Collor, no dia 15 de março de 1990, com o País já efetivamente mergulhado na hiperinflação (a taxa anualizada da inflação relativa ao mês de março superava a fantástica cifra de 150.000%), era ansiosamente aguardada a implantação de um novo plano de estabilização. Embora o nosso passado recente, marcado pelas experiências com os chamados planos Cruzado, Bresser e Verão, devesse nos deixar antever que o novo programa deveria ser bem mais severo para ser efetivo, visão esta expressa na declaração do presidente, ainda antes da posse, de que só dispunha de uma bala para matar o tigre da inflação, certamente não se esperava o grau de violência de suas medidas. O Plano Collor, que o presidente, modestamente, preferiu denominar *Brasil Novo*, consubstanciou-se em um conjunto de medidas provisórias, submetidas à apreciação do Congresso no dia seguinte ao da posse, do qual a mais polêmica e que se constituiu no fulcro do programa, a 168¹, promovia uma reforma monetária que embutia um brutal enxugamento do nível de liquidez existente na economia.

O enxugamento de liquidez, provocado pelo seqüestro de cerca de 70 a 80% do total dos ativos financeiros, que praticamente surpreendeu a todos, provocou, de imediato, uma acirrada polêmica entre os economistas. Não só se questionou se era ou não uma medida correta mas também a sua própria inspiração, no sentido de estar sendo repetida a experiência alemã de 1948 ou mesmo a observada quando da Guerra de Secessão norte-americana.

Por ser um plano de tal modo controverso, a direção da *Revista Brasileira de Economia*, editada pela Fundação Getulio Vargas, decidiu dedicar um número especial à sua análise. Para tanto, objetivando trazê-lo a público da maneira mais rápida possível, de modo que pudesse contribuir para a definição de eventuais correções e aperfeiçoamentos do Plano, fugiu-se do tradicional esquema da revista, calcada nos cânones acadêmicos, partindo-se

* Na versão ora publicada na *RBE*, foram acrescentados três artigos que, em decorrência de prazo, não puderam ser incluídos na versão original publicada pela LTC. Estes artigos compõem a seção 8, Trabalhos Adicionais.

Em complementação, tendo já decorrido um espaço de tempo suficientemente longo para que se proceda a uma avaliação de desempenho, é apresentado um retrospecto dos primeiros nove meses do Plano Collor, que constitui a seção 9.

1 Essa medida, que foi convertida na Lei nº 8.024, sem nenhuma modificação, é transcrita na Parte 7.

IV/APRESENTAÇÃO

para a solicitação de estudos especiais. Nesse sentido, buscando cobrir um amplo espectro do pensamento econômico em nosso País, foram convidados especialistas representativos das mais relevantes correntes. Obviamente, por questões de espaço, nem todos puderam ser convidados, sendo que alguns que foram, pela exigüidade do tempo disponível, não puderam colaborar. Todavia, embora lamentemos suas ausências, cabe-nos aqui agradecer àqueles que o puderam fazer.

Além das avaliações econômicas foram também incluídas, por suas pertinências, análises dos aspectos legais do Plano e ensaios políticos. Acredito que conseguimos aqui reunir um conjunto de trabalhos que, não só pelo número mas principalmente pela qualidade de seus autores, cobre os aspectos mais relevantes do Plano Collor.

Por estar convencido de que a presente coletânea despertará um interesse que em muito ultrapassa o circunscrito ao universo dos assinantes da *Revista Brasileira de Economia*, achou-se por bem que, simultaneamente à do número especial, ocorresse sua publicação sob a forma de livro. Nesse sentido, foi efetuado um acordo com a LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora no qual todos os autores cedem seus respectivos direitos à Fundação Getulio Vargas.

Quanto à organização dos trabalhos, alguns dedicam-se a aspectos específicos do Plano; outros, contudo, cobrem uma gama mais ampla, nem sempre com ênfase facilmente identificável em um ou outro tópico. Nesse último caso, de uma maneira um tanto quanto arbitrária, foram organizados de acordo com a minha própria percepção. Aos leitores, tendo em vista os desdobramentos observados nesses primeiros dois meses após a promulgação do Plano, chamo a atenção para as datas em que os trabalhos foram escritos. Cada um deles apresenta a data em que os respectivos originais foram recebidos.

Finalizando, além de agradecer o apoio e as sugestões de meus dois bons amigos e colegas Antônio Salazar P. Brandão e Fernando de Holanda Barbosa, quero deixar aqui registrado que somente foi possível cumprir o cronograma a que nos dispusemos graças à dedicação e eficiência de Maria Helena Guilhon Chung e da equipe da LTC, em especial de seu gerente de produção, Carlos Hamilton Rocha.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1990

Clovis de Faro

Editor da *Revista Brasileira de Economia*